

Para dobrar é preciso distribuir*

Clemente Ganz Lúcio¹

Paulo Jager²

Frederico Melo³

Introdução

Para além de visar elevar a produtividade e a renda média apenas, nosso projeto de desenvolvimento deve se orientar para a redução das desigualdades. O crescimento sustentado e em patamares elevados do produto, dada nossa profunda desigualdade, é uma necessidade de ordem material - ao alcance do objetivo de instituir novo padrão distributivo - mas não o assegura mecanicamente. Do ponto de vista da estratégia para a implementação de tal projeto, é preciso considerar, como parte integrante e orientadora do processo, a promoção da igualdade como fim, mas também como meio para a viabilização e sustentação de um processo de crescimento econômico. Distribuir melhor os ganhos da produção deve ser uma meta, seja pela coesão social que tal processo pode promover, seja pela expansão da capacidade da força de trabalho num sentido lato, ou ainda, pela ampliação e consolidação do mercado interno consumidor brasileiro, país de 200 milhões de habitantes, o que o coloca em um seletivo grupo no conjunto dos países. Portanto, no caso brasileiro, crescer de forma sustentada daqui para frente passa, inexoravelmente, pela promoção da distribuição da renda e pela redução das desigualdades.

A sociedade brasileira encontra-se frente à oportunidade e, ao mesmo tempo, ao desafio histórico de projetar e construir seu futuro. Oportunidade, na medida em que as circunstâncias internacionais, especialmente a crise econômica e o enfraquecimento do ideário neoliberal e as circunstâncias nacionais - notadamente as descobertas das reservas de petróleo e gás na camada pré-sal - têm permitido e até exigido um crescente debate público acerca do

¹ Sociólogo, diretor técnico do DIEESE, membro do CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – e do Conselho de Administração do CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

² Economista, técnico do DIEESE.

³ Economista, técnico do DIEESE.

modelo de desenvolvimento e do projeto de futuro que se deseja erigir assim como herança que se pretende deixar às futuras gerações de brasileiros. Desafio porque o projeto futuro exige construir caminhos para democratizar a distribuição da riqueza produzida, o que a história brasileira até hoje restringiu.

Um olhar sobre o médio e longo prazos, impensável há alguns anos atrás quando estávamos presos à armadilha do “curto-prazismo”, requer, entre outros esforços, um resgate da atividade de planejamento e, com ela, a discussão, ainda mais essencial, sobre o papel que o Estado deve desempenhar. O mercado, por si só, mostrou-se incapaz de promover o crescimento sustentável bem como uma distribuição de renda mais equitativa.

Neste ano, a Presidenta Dilma Rousseff, numa reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, afirmou que o objetivo do nosso desenvolvimento econômico é gerar emprego e renda e que deveríamos almejar dobrar a renda média em um prazo factível. Já a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) apresenta o documento-proposta “Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil”, no qual afirma o objetivo de dobrar a renda média em 15 anos. As Centrais Sindicais indicam objetivo semelhante no documento “Agenda da Classe Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalho”. Neste artigo, procuramos refletir sobre essa questão e, principalmente, sobre obstáculos e caminhos para se alcançar esse propósito.

Todo projeto de desenvolvimento de um grupo social representa uma visão de futuro em disputa na sociedade. Dobrar a renda é parte essencial do desenvolvimento por nós concebido, com a intencionalidade de promover simultaneamente sua equitativa distribuição, em condições de equilíbrio ambiental, gerando bem-estar e qualidade de vida a todos. A disputa pode gerar acordos caso existam sujeitos coletivos capazes de atuar em uma institucionalidade que favoreça o diálogo social capaz de pactuar objetivos, metas e compromissos com processos. Trata-se, em última instância, de acreditar e apostar na democracia como espaço de construção de

transformações sociais e como dimensão em si mesma do processo de desenvolvimento.

Elevar a produtividade e distribuir os ganhos de forma continuada: desafios históricos para o Brasil

É certamente louvável a elaboração e discussão de propostas que visam apontar uma direção a seguir bem como metas a se atingir. O contexto atual do país, marcado pela desigualdade que sua trajetória histórica imprimiu, coloca alguns desafios, entre eles o de viabilizar um processo de desenvolvimento, mas, primordialmente, de lhe conferir um sentido que permita a coesão política e social, capaz de dar sustentação a tal processo.

Considerando que a meta proposta é logarmos dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* no intervalo aproximado de 15 anos, cabe, desde já, alertar que seria um equívoco encará-la como o desafio em si, alçando-a a condição de objetivo último. Nem mesmo encará-la como melhor tradução de algo maior, isto é, do passaporte para o alcance de certo grau de desenvolvimento, assumindo-se que o aumento da renda *per capita* leva, ou está fortemente associado, a uma melhoria das condições de vida da população em geral. O desafio é, simultaneamente, crescer e distribuir. Ou seja, elevar a renda *per capita* e reduzir fortemente a dispersão em torno da média. Isso posto, pode-se recorrer à história econômica do país, e mesmo de outros países, para se avaliar a possibilidade de êxito da proposta. Dobrar o PIB *per capita* num intervalo de quinze anos implica fazê-lo avançar à razão de 4,7% a.a. Considerando as projeções demográficas mais recentes publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴, espera-se que a população brasileira cresça, no período de 2014 a 2029, a uma taxa média geométrica anual superior a 0,6%, o que demandaria um avanço médio do PIB de aproximadamente 5,4% a.a. para atingir a meta de crescimento.

⁴ IBGE, Projeções de População. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtml, acesso em 31/10/13.

Não é pouca coisa, tomando-se em conta tratar-se de década e meia e não apenas de um par de anos. O Brasil, nas décadas de 1950 a 70, especialmente no período do “milagre econômico”, conseguiu incrementar a renda *per capita* em patamares elevados, como os sugeridos na atual proposta, mas em circunstâncias bastante diferentes. Para mencionar alguns aspectos, entre os mais relevantes, o país experimentava uma forte mudança em sua estrutura econômica, através dos processos vividos de urbanização e industrialização. Nesse período, em boa medida, a alta da produtividade decorria das mudanças estruturais associadas à recomposição do produto vinculada à urbanização e à industrialização. Além disso, tal período foi caracterizado, em termos gerais, por um elevado e prolongado crescimento econômico dos países centrais, formando um ambiente externo bastante favorável. Ademais, no período posterior ao golpe de 1964, e que compreende o referido “milagre”, estavam suspensas as liberdades civis e políticas, o que, entre outras consequências, resultou no enfraquecimento, quase paralisia, da ação sindical dos trabalhadores e de sua luta por maior participação no produto social. Foi um período de crescimento econômico acelerado, mas sem democracia e com concentração da renda. Por outro lado, a resposta da política econômica dos então mandatários do país aos dois choques de preço do petróleo da década de 1970 e, depois, à elevação da taxa de juros dos empréstimos internacionais gerou a crise da dívida externa brasileira, que impôs profundo desarranjo da economia interna no período subsequente.

Nas duas décadas posteriores, de 1980 e 90, arejadas, no plano político, pelo processo de redemocratização, a economia brasileira viveu um longo período de alta inflação, crescente instabilidade no nível de atividade e baixo crescimento médio. Foi um período em que o PIB *per capita* teve variação próxima a zero e em que o crescimento da atividade econômica mostrou-se incapaz de absorver o aumento da População Economicamente Ativa (PEA). Assim, embora com maior liberdade política para se organizarem, os trabalhadores e suas representações foram levados a travar, fundamentalmente, uma luta por manutenção de direitos e empregos. Foi um período de ampliação dos direitos democráticos, mas de baixo e instável crescimento econômico. O revés foi significativo, especialmente no que tange à

distribuição pessoal e funcional da renda e à construção da estrutura que servisse de base ao crescimento futuro. Mesmo com a relativa estabilidade monetária alcançada depois de 1995, a desigualdade da renda domiciliar iniciou trajetória de queda apenas depois do ano 2000 e o desemprego continuou elevado até 2004. O fracasso econômico e social dos anos 1990, em que se buscou adotar uma nova estratégia, baseada na abertura econômica e na chamada “integração competitiva”, com a crença de que se daria um “choque de produtividade” na economia do país por meio de maior exposição à concorrência, tampouco inspira uma tentativa de resposta à questão de como, simultaneamente, expandir e distribuir a produtividade.

Nos anos 2000, principalmente no quinquênio 2004 a 2008, há uma retomada do crescimento econômico, em níveis mais expressivos, permitindo uma evolução positiva do PIB *per capita*. Foi um período de aprofundamento da experiência democrática brasileira combinada a um maior dinamismo econômico. O contexto internacional vivenciado nos anos 2000, até fins de 2008 - momento a partir do qual eclodiu a crise financeira internacional - trouxe considerável mudança nos termos de troca, em favor dos países exportadores de produtos primários. Isso lhes permitiu obter a margem de manobra necessária para a gestão de suas contas externas, de modo a assegurar a elevação do crescimento econômico sem o estrangulamento que seria provocado pela decorrente elevação das importações. Ainda assim, o PIB *per capita* cresceu a uma taxa média anual pouco acima de 2%, isto é, equivalente a menos da metade da taxa necessária ao alcance da meta proposta, de sua duplicação em 15 anos.

Assim, mesmo num cenário de sustentação dos preços das *commodities* relevantes para a pauta exportadora do país, deve-se ressaltar que a indústria de transformação nacional enfraqueceu-se neste período, apesar de toda a expansão econômica observada e da ampliação significativa de nosso mercado interno. A expansão de nossa demanda agregada foi crescentemente atendida por importações e, na melhor das hipóteses - ou seja, naquela em que as cotações das *commodities* impediriam uma crise futura do nosso balanço de pagamentos no período em análise - caso prevaleça o padrão da década de

2000, estaríamos promovendo uma reespecialização econômica em torno da extração / produção de produtos primários.

No que se refere ao mercado de trabalho, é bastante discutível a hipótese da conquista do pleno emprego, considerando-se a taxa de participação, especialmente da força de trabalho feminina, o desemprego ainda existente, principalmente o oculto pelo desalento ou pelo trabalho precário, a expressiva informalidade e sua forte associação com atividades menos produtivas. Entretanto, não é razoável pretender basear, fundamentalmente, o crescimento econômico num aumento substantivo do nível de ocupação apenas. Nos anos 2000, tal expansão do nível de ocupação parece ter desempenhado papel relevante na sustentação do crescimento econômico⁵. E, apesar do baixo nível de produtividade, a geração de milhões de empregos no comércio, na construção civil, entre outros setores, foi muito importante do ponto de vista da redução do desemprego, da distribuição da renda, da redução da informalidade e do conseqüente fortalecimento do ator sindical.

O padrão recente de crescimento econômico brasileiro promoveu a inclusão nos mercados de trabalho e de consumo de grandes massas de trabalhadores brasileiros, além de ter colaborado para melhorar outros indicadores sociais. Esse modelo, porém, baseado na expansão da demanda, em boa medida suprida pelo aumento das importações (barateadas pelo real valorizado), sem elevação expressiva dos investimentos, não é capaz de sustentar, no longo prazo, um desenvolvimento do tipo que se almeja, com maior homogeneidade social e expansão das possibilidades individuais e coletivas no país.

Os dados e fatos sumariamente lembrados nos parágrafos anteriores, embora sinalizem uma dificuldade, não permitem concluir que a meta pretendida é inatingível. Assim, mesmo supondo seu alcance pleno ou quase pleno, resta a questão, central em nosso ponto de vista, sobre a razoabilidade de colocarmos tal meta como eixo para construção do sentido de um projeto de desenvolvimento. Crescer não implica distribuir, necessariamente. Nosso referencial histórico, ao contrário, demonstra uma situação em que no geral se deu o oposto. Entre 1968 e 1973, por exemplo, ocorreu, concomitantemente,

⁵ E nesse respeito, ver DE NEGRI e CAVALCANTE, 2013.

um crescimento forte do PIB *per capita* e um aumento da concentração da renda.

Tomado sob qualquer aspecto, o Brasil é um país que ostenta elevadíssimos índices de desigualdade de oportunidades e de condições, seja na apropriação da renda, ou no acesso à educação, à moradia, ao saneamento básico, à saúde, ao lazer, à cultura, à justiça, à informação, à representação política etc. E ainda que tenha havido uma melhora em vários indicadores nos últimos anos, como, por exemplo, no índice de Gini da distribuição de renda, há um longuíssimo caminho a ser percorrido para se conseguir padrões equitativos aceitáveis.

Assim, remanesce a questão: como lograr promover o crescimento econômico sustentado por tão longo período de tempo?

O papel do aumento da produtividade para a sustentação de um processo de crescimento com distribuição de renda

A desigualdade existente na sociedade brasileira associa-se à heterogeneidade presente na própria estrutura econômica do país. A desigualdade influencia a heterogeneidade e é por ela produzida e recriada. Por um lado, a desigualdade social induz a uma estrutura produtiva desigual na medida em que subsistem grandes contingentes que têm baixo nível de escolaridade, formação frágil e pouca preparação para o trabalho mais qualificado, ao lado de estreitos segmentos bem preparados, com altos níveis de escolaridade e formação de boa qualidade.

Por outro lado, a desigualdade social reflete a heterogeneidade produtiva. De fato, as diferenças acentuadas de níveis de produtividade entre unidades de produção atuam no sentido de reforçar as disparidades relacionadas ao poder de negociação, ao acesso à proteção social, às oportunidades de mobilidade ocupacional, entre outros aspectos. Consequentemente, as disparidades de produtividade reforçam as desigualdades sociais, através da maneira pela qual as pessoas se inserem no mercado de trabalho. Como efeito da inter-relação dos dois fenômenos, a sociedade brasileira parece refém da armadilha de uma

economia de empregos pouco produtivos e de baixos salários que se reproduz ao longo do tempo.

Pode se perceber tal heterogeneidade estrutural por intermédio da comparação dos níveis de produtividade entre os setores de atividade econômica. Como se nota na Tabela 1, há uma forte diferenciação do valor agregado médio entre os diversos setores de atividade econômica⁶.

A maior parte dos setores de atividade agrega valor, por ocupação, em patamares muito abaixo da média geral. Por sua vez, as distâncias intersetores são acentuadas, com vários setores figurando com níveis de produtividade muitas vezes superiores aos demais. Além disso, poucos setores atingem níveis elevados de produtividade.

Ocorre que, por meio da mesma Tabela 1, pode-se notar que quase 80% das ocupações estão alocadas em setores com níveis de produtividade abaixo da média geral. E que os setores com produtividade correspondente a duas vezes ou mais que a média são responsáveis por menos de 4% das ocupações.

Mas, a forte heterogeneidade na estrutura econômica que, provavelmente, se reproduz intrasetorialmente, manifesta-se também através das diferenças de produtividade observadas por tamanho das empresas⁷. A heterogeneidade produtiva também se reflete na dimensão geográfica. Uma forma indireta de se observar a escala do desbalanceamento regional dos níveis de produtividade é através do PIB *per capita* das Unidades da Federação (UF). Como ilustra a Tabela 2, os valores estimados pelo IBGE para o ano de 2009 fazem saltar aos olhos as profundas diferenças na capacidade de agregar valor das economias regionais⁸. E uma análise do PIB municipal concluiria que o mesmo se dá em nível intra -regional. .

⁶ Embora o cálculo da produtividade do trabalho possa ser realizado utilizando-se outras variáveis (como a produção física e o número de horas trabalhadas, por exemplo), a relação valor adicionado/ocupações mostra-se mais adequada para efeitos do que se pretende apontar. Ver, por exemplo, De Negri e Squeff (2013) e Sant'Anna e Ambrozio (2012). Estes estudos adotam esta forma de mensuração e mostram que a referida heterogeneidade também se manifesta nas fortes discrepâncias nas taxas de variação da produtividade setorial ao longo dos anos 2000.

⁷ Ver CEPAL, 2010: 19.

⁸ IBGE, PIB Municipal. Disponível em

Tabela 1
Valor adicionado bruto e ocupações segundo o setor de atividade
Brasil - 2009

Setores de atividade	Valor Adicionado Bruto (VAB)		População Ocupada (PO)		VAB / PO	
	R\$ milhões	%	número	%	R\$	proporção do Total
Total	2.794.379	100,0	96.647.139	100,0	28.913	1,0
Serviços	1.887.448	67,5	60.019.500	62,1	31.447	1,1
Indústria	749.699	26,8	19.849.814	20,5	37.769	1,3
Agropecuária	157.232	5,6	16.777.825	17,4	9.371	0,3
Refino de petróleo e coque	31.214	1,1	24.214	0,0	1.289.089	44,6
Petróleo e gás natural	29.537	1,1	63.803	0,1	462.941	16,0
Minério de ferro	14.551	0,5	36.317	0,0	400.666	13,9
Atividades imobiliárias e alugueis	233.757	8,4	661.130	0,7	353.572	12,2
Intermediação financeira, seguros e previdência	202.216	7,2	961.579	1,0	210.296	7,3
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, Cimento	86.587	3,1	412.478	0,4	209.919	7,3
Fabricação de aço e derivados	3.502	0,1	17.549	0,0	199.556	6,9
Produtos farmacêuticos	22.473	0,8	122.349	0,1	183.679	6,4
Caminhões e ônibus	19.088	0,7	117.460	0,1	162.506	5,6
Produtos químicos	3.417	0,1	23.956	0,0	142.637	4,9
Tintas, vernizes, esmaltes e lacas	12.830	0,5	97.684	0,1	131.342	4,5
Defensivos agrícolas	4.658	0,2	35.786	0,0	130.163	4,5
Automóveis, camionetas e utilitários	3.023	0,1	23.812	0,0	126.953	4,4
Produtos do fumo	10.482	0,4	89.225	0,1	117.478	4,1
Fabricação de resina e elastômeros	2.444	0,1	21.004	0,0	116.359	4,0
Perfumaria, higiene e limpeza	2.953	0,1	26.540	0,0	111.266	3,8
Outros equipamentos de transporte	8.601	0,3	114.745	0,1	74.958	2,6
Alcool	8.238	0,3	114.838	0,1	71.736	2,5
Metalurgia de metais não-ferrosos	7.432	0,3	110.415	0,1	67.310	2,3
Eletrodomésticos	8.294	0,3	123.766	0,1	67.014	2,3
Celulose e produtos de papel	3.669	0,1	55.904	0,1	65.630	2,3
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalar, medida e Máquinas para escritório e equipamentos de	13.237	0,5	204.531	0,2	64.719	2,2
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	8.449	0,3	133.540	0,1	63.269	2,2
Peças e acessórios para veículos automotores	3.341	0,1	54.134	0,1	61.717	2,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4.985	0,2	88.531	0,1	56.308	1,9
Serviços de informação	18.936	0,7	337.182	0,3	56.160	1,9
Administração pública e seguridade social	13.777	0,5	248.588	0,3	55.421	1,9
Produtos e preparados químicos diversos	99.741	3,6	1.822.993	1,9	54.713	1,9
Jornais, revistas, discos	285.763	10,2	5.280.248	5,5	54.119	1,9
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e	4.156	0,1	80.829	0,1	51.417	1,8
Artigos de borracha e plástico	19.893	0,7	394.617	0,4	50.411	1,7
Saúde pública	26.688	1,0	561.305	0,6	47.546	1,6
Produtos de metal - exclusive máquinas e	19.332	0,7	422.546	0,4	45.751	1,6
Outros da indústria extrativa	58.621	2,1	1.404.439	1,5	41.740	1,4
Transporte, armazenagem e correio	29.321	1,0	791.058	0,8	37.066	1,3
Saúde mercantil	6.977	0,2	196.078	0,2	35.583	1,2
Educação pública	134.232	4,8	3.960.744	4,1	33.891	1,2
Alimentos e bebidas	55.017	2,0	1.853.823	1,9	29.678	1,0
Serviços prestados às empresas	112.042	4,0	3.959.191	4,1	28.299	1,0
Outros produtos de minerais não-metálicos	66.733	2,4	2.395.890	2,5	27.853	1,0
Comércio	139.004	5,0	5.279.388	5,5	26.330	0,9
Educação mercantil	15.545	0,6	593.848	0,6	26.177	0,9
Construção Civil	349.061	12,5	15.927.938	16,5	21.915	0,8
Móveis e produtos das indústrias diversas	32.544	1,2	1.487.991	1,5	21.871	0,8
Produtos de madeira - exclusive móveis	146.783	5,3	6.885.353	7,1	21.318	0,7
Têxteis	19.113	0,7	909.603	0,9	21.012	0,7
Serviços de manutenção e reparação	7.908	0,3	459.531	0,5	17.209	0,6
Serviços prestados às famílias e associativas	15.339	0,5	923.542	1,0	16.609	0,6
Serviços de alojamento e alimentação	29.076	1,0	2.011.190	2,1	14.457	0,5
Artefatos de couro e calçados	64.266	2,3	4.494.399	4,7	14.299	0,5
Pecuária e pesca	54.407	1,9	3.834.526	4,0	14.189	0,5
Artigos do vestuário e acessórios	8.456	0,3	621.401	0,6	13.608	0,5
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	50.735	1,8	5.048.454	5,2	10.050	0,3
Serviços domésticos	17.737	0,6	1.915.862	2,0	9.258	0,3
	106.497	3,8	11.729.371	12,1	9.080	0,3
	37.701	1,3	7.079.921	7,3	5.325	0,2

Fonte: IBGE. Contas Nacionais.

Portanto, é forçoso dizer que qualquer esforço de elevação do PIB *per capita* deve objetivar, também, a redução das heterogeneidades na estrutura econômica e no território brasileiro de sorte a permitir uma elevação importante na capacidade de geração de valor não apenas em alguns setores eleitos, mas sim no sistema econômico, no seu todo.

Tabela 2
Produto Interno Bruto *per capita* a preços correntes
segundo as Unidades da Federação - 2010⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto	
	<i>Per capita</i> (R\$)	Relação com PIB <i>per capita</i> do Brasil
Brasil	19 766,33	1,00
Distrito Federal	58 489,46	2,96
São Paulo	30 243,17	1,53
Rio de Janeiro	25 455,38	1,29
Santa Catarina	24 398,42	1,23
Rio Grande do Sul	23 606,36	1,19
Espírito Santo	23 378,74	1,18
Paraná	20 813,98	1,05
Mato Grosso	19 644,09	0,99
Minas Gerais	17 931,89	0,91
Mato Grosso do Sul	17 765,68	0,90
Amazonas	17 173,33	0,87
Goiás	16 251,70	0,82
Rondônia	15 098,13	0,76
Roraima	14 051,91	0,71
Tocantins	12 461,67	0,63
Amapá	12 361,45	0,63
Sergipe	11 572,44	0,59
Acre	11 567,41	0,59
Bahia	11 007,47	0,56
Pernambuco	10 821,55	0,55
Pará	10 259,20	0,52
Rio Grande do Norte	10 207,56	0,52
Ceará	9 216,96	0,47
Paraíba	8 481,14	0,43
Alagoas	7 874,21	0,40
Piauí	7 072,80	0,36
Maranhão	6 888,60	0,35

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa

.Nota : (1) Dados sujeitos a revisão

Obs: Inclui dados do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e do Distrito Federal

Contudo, permanece a questão: como fazê-lo? Que mudanças devem ser operadas de maneira que se viabilize a ampliação significativa da renda e uma distribuição mais equitativa do produto social? Obviamente, é condição necessária uma política macroeconômica que favoreça o crescimento. É preciso assegurar maior previsibilidade quanto ao comportamento da demanda agregada e maior atratividade que permitam o cálculo econômico favorável em largo horizonte, estimulando o investimento produtivo. São elementos-chave, desta forma, uma taxa de câmbio bem menos volátil e em patamares mais competitivos; uma taxa de juros real próxima à média internacional e compatível com a implementação de projetos de longo prazo e desestimuladora do rentismo. *Politicamente*, a redução das desigualdades tem mais chances de prosperar num ambiente macroeconômico mais favorável.

Ainda assim, não se pode esperar que a política macroeconômica favorável vá, por si mesma, assegurar a duplicação do PIB *per capita* no horizonte de tempo pretendido. O enfrentamento do desafio de elevar significativamente a capacidade de agregação de valor pelas firmas, em geral, não passa apenas por um ambiente macro apropriado. Crescer apenas, sem aumentar a capacidade de competir do conjunto da economia, pode levar ao transbordamento de boa parte de nossa demanda para outros países. Nestas circunstâncias, corre-se o risco de acirrar a heterogeneidade produtiva, promovendo a elevação da produtividade em poucos setores, notadamente aqueles voltados à exportação de produtos primários, setores tipicamente de capital intensivo e que pouco difundem o progresso técnico⁹, o que não constitui base adequada à redução pretendida das desigualdades.

Com base em maior “normalidade” macroeconômica (em particular com taxas de câmbio e de juros mais ajustadas), a elevação da produtividade, no contexto atual, deve fundar-se na habilidade de inovar tecnologicamente de forma contínua. O Brasil deve ser capaz de, ao mesmo tempo, reduzir as diferenças de produtividade frente aos seus competidores no âmbito internacional, para se reposicionar na divisão internacional do trabalho, aumentando a participação do emprego nos setores mais dinâmicos, como também, ser capaz de reduzir

⁹ Cepal, 2010.

acentuadamente as diferenças internas, sejam elas setoriais, regionais, segundo o tamanho das empresas etc., melhorando potencialmente a qualidade dos empregos, em geral. E, para além de eleger setores com maior potencial de inovar, é preciso considerar sua **capacidade de difundir tais inovações como também de se encadear o mais amplamente possível com outros ramos de atividade econômica**. Além disso, é preciso estimular a cultura da inovação de maneira mais ampla, o que requer uma atenção especial às pequenas e médias empresas, dada sua importância na geração do emprego. Lidar com esta questão é fundamental, sob pena de não conseguirmos um crescimento sustentável e forte e, em conseguindo, não atingirmos o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades.

Mas, os estímulos da política industrial devem ser acompanhados de um processo de qualificação empresarial. As firmas brasileiras devem mudar consideravelmente a relação que mantêm com a inovação tecnológica. Os atuais investimentos em pesquisa e desenvolvimento e mesmo nas demais atividades inovativas são insuficientes¹⁰. As firmas, quando muito, adquirem tecnologias desenvolvidas externamente, por meio da compra de máquinas e equipamentos. Mas, ainda assim, são a menor parte das empresas e os valores investidos, em geral, pouco expressivos. Dentre os principais casos de exceção estão, sintomaticamente, as empresas pertencentes ao Estado, como Petrobras e Embrapa. Como regra geral, os postos de trabalho gerados na economia brasileira nos últimos 30 anos têm baixíssimo conteúdo tecnológico, o que constitui um impedimento à geração de valor agregado em patamares elevados, independentemente do nível de qualificação profissional de seu ocupante. As empresas devem aprender a correr o risco de investir não só em ampliação de capacidade, mas em inovação. **Para desenvolver a capacidade de inovação do país, as empresas devem, entre outras iniciativas, aproximar-se das universidades e de outros centros de pesquisa.**

A qualificação empresarial aqui aludida passa, também, por outra mudança, ainda mais relevante, de modo a viabilizar uma estratégia de crescimento com

¹⁰ A título de ilustração, segundo a Pintec 2008, do total de empresas investigadas, apenas 38,6% promoveram a introdução de alguma inovação no biênio 2006-2008, período bastante favorável ao investimento, do ponto de vista macroeconômico.

distribuição que seja baseada em ganhos progressivos de produtividade ancorados na inovação. Trata-se da necessidade de alterar o padrão de relações de trabalho vigente no país, de sorte a permitir a constituição de uma força de trabalho mais engajada e mais qualificada. A reorientação do dinamismo da economia na direção da obtenção de maiores e contínuos ganhos de produtividade e da redução da lacuna existente entre os diversos setores, regiões, tipos de empresas etc., requer, para sua efetivação, **outro padrão de relações que tenha como espinha dorsal a valorização do trabalho.** Além de ser um requerimento de uma nova estrutura produtiva, é uma condição necessária para a pretendida redução das desigualdades. Este será o objeto da próxima seção.

O padrão de relação de trabalho no Brasil e o desenvolvimento

A obtenção de ganhos contínuos de produtividade e, com estes, do aumento da competitividade das empresas nacionais, em particular daquelas localizadas na indústria de transformação, não pode se constituir em objetivo que baste a si mesmo, como já mencionado. Tais resultados só interessam ao conjunto da sociedade se contribuírem para minorar as acentuadas desigualdades que a caracterizam.

O fato de uma firma não só utilizar mas desenvolver tecnologia de ponta e agregar muito valor em suas atividades não significa que vá empregar e remunerar de maneira correspondente. O lucro extraordinário obtido com a inovação pode ser quase que integralmente apropriado pelos donos do negócio. **É preciso regulação estatal e sindical adequadas para levar ao compartilhamento dos resultados obtidos.**

Um exemplo, não tão hipotético, de risco associado à introdução da inovação desvinculada da regulação social adequada pode ser dado tomando-se como suposição sobre uma empresa com atuação em escala mundial, que seria das mais conceituadas quando o assunto é tecnologia. Assuma-se que tal empresa tem uma trajetória invejada de sucessivos bons resultados, do ponto de vista do valor que agrega, exatamente por uma estratégia agressiva de introdução

quase contínua de novos produtos. Entretanto, por trás da imagem difundida desta empresa, de sinônimo de modernidade, há sérios problemas relacionados às condições de trabalho presentes em empresas terceiras, localizadas num país do sudeste asiático, que de fato fabricam os aparelhos objeto de desejo em nível internacional. Há, ainda, baixíssimo nível de contribuição fiscal, devido ao planejamento tributário adotado pela firma, que a faz localizar formalmente seus negócios em paraísos fiscais. Assim, gera poucos excelentes empregos em seu país de origem, muitíssimos péssimos empregos em outro país e não paga impostos em montante correspondente ao que era de se esperar dada a renda gerada.

A necessidade e a viabilidade de regulação expandem-se na medida em que são crescentes os estímulos governamentais, através das políticas industriais, para o desenvolvimento de um sistema nacional de inovações bem como de uma cultura empresarial de inovações. A legitimidade na aplicação de recursos, em muitos casos a fundo perdido, bem como **uma política direcionada de compras governamentais**, entre diversas outras iniciativas, só podem estar assentadas, em última instância, nos benefícios que vão proporcionar ao conjunto da sociedade. A perspectiva deve ser a da construção de uma sociedade desenvolvida material e socialmente.

Sob esta ótica, os indicadores que atualmente caracterizam o mercado de trabalho brasileiro não autorizam a elaboração de projeções otimistas. Não se discute o fato de que houve melhoras importantes na maioria dos indicadores de desempenho do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000¹¹.

No entanto, há uma extensa jornada à frente. Conforme a Tabela 3, existe uma grande quantidade de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de forma precária, além dos desempregados e inativos que poderiam vir a se tornar economicamente ocupados.

¹¹ Diversos estudos e pesquisas elaboradas pelo próprio DIEESE têm atestado o fato de que houve redução do desemprego, aumento da ocupação, aumento da formalização, aumento do assalariamento, redução do tempo médio de duração do desemprego, aumento da renda real e da massa de salários, redução da desigualdade, entre outras alterações positivas. Ver, por exemplo, DIEESE, 2012.

Tabela 3
Ocupados segundo posição na ocupação
Brasil - 2011. Em mil

Posição na ocupação	Número	%
Empregados - com carteira de trabalho assinada	36.233	38,8
Militares e estatutários	6.691	7,2
Empregados sem carteira de trabalho assinada	14.016	15,0
Trabalhadores domésticos	6.653	7,1
Conta própria	19.665	21,0
Empregadores	3.176	3,4
Trabalhadores na construção para o próprio uso	108	0,1
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.753	4,0
Não remunerados	3.200	3,4
Total	93.495	100,0

Fonte: IBGE. PNAD

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em setembro de 2011 havia 14,0 milhões (15,0% dos ocupados) de trabalhadores assalariados sem carteira assinada, isto é, sem a proteção social que a carteira assegura. Outros 6,7 milhões (7,1%) de trabalhadores (majoritariamente do sexo feminino) ocupados em empregos domésticos e 19,7 milhões (21,0%), como trabalhadores por conta própria – na sua maioria, em postos de trabalho que proveem reduzida remuneração e, também, sem a cobertura da previdência social. Isso para não mencionar os trabalhadores que se ocupam na produção / construção para seu próprio consumo / uso e os trabalhadores não remunerados. São enormes contingentes de trabalhadores que vivem em condições de insegurança, quanto à ocupação, à renda, à saúde no trabalho, à aposentadoria etc.

Contudo, devido ao propósito central deste texto que é chamar a atenção para a incompatibilidade entre o padrão de relações de trabalho que vigora atualmente e a construção de uma sociedade substantivamente menos desigual, lastreada numa economia mais pujante, deve-se analisar mais detidamente as características dos empregos formais ofertados. Para tanto, serão utilizadas as informações mais recentes da Relação Anual de Informações Sociais - Rais, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

De acordo com a Rais, havia no país 47,5 milhões de empregos formais, em 31 de dezembro de 2012. Conforme se depreende da Tabela 4, das dez famílias ocupacionais mais frequentes (num universo de 597), que representavam a

terça parte do total, apenas a família ocupacional de *Professores de nível superior do ensino fundamental (primeira a quarta séries)* poderia ser classificada como demandante de um nível de qualificação mais elevado.

Tabela 4
10 ocupações mais frequentes no mercado formal de trabalho - Brasil - 2012.

Família ocupacional	%
ESCRITURARIOS EM GERAL, AGENTES, ASSISTENTES E AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	9,6
VENDEDORES E DEMONSTRADORES EM LOJAS OU MERCADOS	7,1
TRABALHADORES NOS SERVICOS DE MANUTENCAO DE EDIFICACOES	3,2
AJUDANTES DE OBRAS CIVIS	2,1
ALIMENTADORES DE LINHAS DE PRODUCAO	2
TRABALHADORES NOS SERVICOS DE MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EDIFICIOS E LOGRADOUROS	2
MOTORISTAS DE VEICULOS DE CARGAS EM GERAL	1,9
PORTEIROS, GUARDAS E VIGIAS	1,9
CAIXAS E BILHETEIROS (EXCETO CAIXA DE BANCO)	1,8
PROFESSORES DE NIVEL SUPERIOR DO ENSINO FUNDAMENTAL (PRIMEIRA A QUARTA SERIES)	1,8
TOTAL	33,3

Fonte: MTE. Rais

E, do conjunto de 47,5 milhões de empregos formais, 72,9% remuneravam seus ocupantes em valores correspondentes a até 3,0 salários mínimos, sendo mais da metade, a até 2,0 salários mínimos (Tabela 5). Se uma parte da explicação para este quadro pode ser encontrada no próprio baixo potencial gerador de valor dos postos de trabalho, parte certamente está relacionada à institucionalidade que organiza tal mercado de trabalho. E essas duas dimensões se retroalimentam.

Tabela 5
Remuneração média no mercado formal
em salário mínimo - Brasil - 2012.

Faixa Remuneração Média (em SM)	2012	
	Quantidade	%
Até 0,50	224.236	0,5
0,51 a 1,00	2.066.037	4,4
1,01 a 1,50	14.802.185	31,2
1,51 a 2,00	9.208.475	19,4
2,01 a 3,00	8.255.910	17,4
3,01 a 4,00	3.904.688	8,2
4,01 a 5,00	2.227.876	4,7
5,01 a 7,00	2.419.724	5,1
7,01 a 10,00	1.580.642	3,3
10,01 a 15,00	1.087.048	2,3
15,01 a 20,00	458.819	1
Mais de 20,00	544.007	1,1
{não classificados}	679.065	1,4
Total	47.458.712	100

Fonte: MTE. Rais

Estes números são eloquentes, mas, talvez, o mais forte sintoma de que há um problema no padrão de relações de trabalho predominante no Brasil é revelado pelos dados sobre a duração dos vínculos de emprego e sobre a rotatividade no trabalho. Segundo a mesma fonte, em 2012, foram admitidos 27,0 milhões de trabalhadores e desligados 25,9 milhões¹². O saldo positivo de 1,15 milhão significa que para cada emprego novo criado e remanescente ao final do ano, foram realizadas pouco mais de 23 admissões (Tabela 6). Além de ser uma manifestação da enorme flexibilidade para se contratar e desligar, dado que estes números relativos a 2012 estão longe de se apresentarem como exceção, os mesmos revelam um modo de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro¹³.

¹² A referência é a vínculos de emprego, não necessariamente a trabalhadores distintos.

¹³ Para maiores informações, ver DIEESE (2011).

Tabela 6
Movimentação no mercado formal
Brasil - 2012

Admissões	27.015.854
Desligamentos	25.867.773
Saldo	1.148.081
Total de vínculos ao final do período	47.458.712
Admissões / saldo	23,53
Desligamentos / total de vínculos	0,55

Fonte: MTE. RAIS

Resulta desse padrão que o tempo de duração dos vínculos de emprego é muito curto. Em 2012, segundo os dados da Rais, os vínculos tinham tão somente 4,9 anos de duração em média. Conforme a Tabela 7, 34,1% tinham menos de um ano de duração; 50,6% até dois anos; e, no outro extremo, apenas 27,9% dos empregos duravam cinco anos ou mais. Segundo o DIEESE (2011), mesmo considerando apenas os desligamentos por iniciativa do empregador, a taxa de rotatividade atingia em média 37,3% dos postos de trabalho formais em 2010. Vale frisar que não se trata de situação excepcional e, sim, de um modo de funcionamento.

Tabela 7
Tempo de emprego no mercado formal - Brasil - 2012.

Faixa Tempo Emprego	2012	
	Quantidade	%
Ate 2,9 meses	4.911.893	10,3
3,0 a 5,9 meses	4.351.861	9,2
6,0 a 11,9 meses	6.918.320	14,6
12,0 a 23,9 meses	7.822.267	16,5
24,0 a 35,9 meses	4.757.341	10
36,0 a 59,9 meses	5.447.231	11,5
60,0 a 119,9 meses	5.923.135	12,5
120,0 meses ou mais	7.315.695	15,4
{não classificados}	10.969	0
Total	47.458.712	100

Fonte: MTE. Rais

Do ponto de vista dos trabalhadores atingidos por essa movimentação, tal padrão leva a um acúmulo de dificuldades, que vão se acentuando ao longo de sua vida laboral. Por exemplo, são crescentes as limitações ao seu desenvolvimento profissional e à construção de uma carreira; são grandes as

dificuldades para acumular o tempo de contribuição necessário à aposentadoria, são várias as consequências negativas em decorrência da instabilidade de renda para si e sua família associadas à rotatividade etc.

Do ponto de vista do Estado (e da sociedade), esse padrão também tem uma série de consequências negativas, na medida em que impacta negativamente os fundos públicos relacionados à previdência social e à proteção ao desempregado; enfraquece as políticas de formação profissional, de intermediação de mão de obra, entre tantos outros aspectos nocivos.

Assim, como compatibilizar este padrão de relações de trabalho com a qualificação profissional? No caso da qualificação obtida com treinamento específico, isto é, na firma, a contradição é direta. Ou seja, o trabalhador não ganha experiência e formação no posto porque permanece pouco tempo no emprego. Mas, mesmo no caso da qualificação de ordem mais geral, que estímulos o trabalhador teria para buscar obtê-la, se a perspectiva é ficar num eterno “entra e sai”? Como compatibilizar esse padrão de relações de trabalho com a obtenção contínua de ganhos de produtividade? Como compatibilizar esse padrão com a redução das desigualdades? Como esperar uma população jovem com melhor formação (em termos de escolarização e saúde) se o contexto social de onde provém e sua trajetória individual são marcados pela pobreza, exclusão, violência de diversos tipos, trabalho precoce e pela história de exclusão de seus familiares? Não é possível contornar este debate: afinal, como promover a duplicação do PIB *per capita* e a redução das desigualdades sociais sem a promoção simultânea do status do trabalho no país? Se a opção for, mais uma vez, pela “modernização conservadora”, a exemplo da empresa fictícia aqui enunciada, não há como funcionar.

Embora se possa admitir, numa economia cada vez mais internacionalizada, a importância de alguma flexibilidade no aparelho produtivo, em razão da necessidade de adaptação aos frequentes impactos provocados por modificações nas condições de demanda e oferta, não é razoável nem aceitável tomá-la como a necessidade de estabelecer relações de trabalho cada vez mais precárias. Seria uma forma de “flexibilidade espúria”, conforme o enunciado de Prochnik (1991).

Nestes termos, cabe a crítica a propostas que advogam, por exemplo, a supressão de uma série de direitos trabalhistas ou a transferência da prerrogativa de negociação das entidades sindicais aos trabalhadores individuais em relação a vários aspectos da relação de trabalho¹⁴.

E também cabe a crítica à defesa da aprovação do PL 4.330, que dá cobertura legal à terceirização potencial de todas as atividades da empresa contratante. Há, aqui, uma contradição flagrante em relação ao propósito de avançar na produtividade do trabalho que alavanca a agregação de valor, uma vez que a precarização e a intermitência das relações de trabalho solapam a possibilidade de formação e desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada e aplicada.

Tal estratégia pode, sem dúvida, promover alguns “ganhos” de curto prazo, mas tem seu limite econômico - como fonte de ganhos adicionais - muito próximo. Tais mudanças, se levadas a cabo, são incompatíveis com a construção de uma economia de alto valor agregado e com a promoção de mais igualdade social.

Considerações finais: *Diretrizes para repartir e dobrar*

O objetivo de dobrar a renda média, distribuindo-a de forma equitativa, diante dos obstáculos indicados anteriormente, é um desafio-meta ousado. Mas pode ser um desafio-meta que coloca uma nação em movimento. Como?

Uma diretriz, entre outras, que consideramos essencial para o sucesso de estratégias de aceleração do crescimento capaz de dobrar a renda média com distribuição equitativa exigirá, como requisito econômico, **o envolvimento dos trabalhadores como produtores e beneficiários e, como requisito político, a constituição de sujeitos coletivos e de instituições capazes de articular sentidos e significados às ações de incremento e distribuição da produtividade.**

¹⁴ Ver, por exemplo, CNI (2012).

Estamos de acordo com o requisito do incremento da produtividade. A produtividade requerida será alcançada pela interação entre ciência, tecnologia e inovação aplicada em cada contexto e processo pelo trabalho de sujeitos concretos, que, em situações concretas, promoverão a agregação de valor, o padrão de qualidade e a expansão da quantidade.

O investimento público e privado capaz de mobilizar a força de trabalho que gerará a riqueza, em cada contexto territorial específico, deve, intencionalmente, ser acompanhado do fortalecimento, da criação e do envolvimento de **sujeitos coletivos capazes de animar circuitos econômicos locais de produção e distribuição, articulados em cadeias de agregação de valor nacionais e internacionais**. Cabe ao Estado, por meio dos governos e instituições, e à sociedade, por meio de suas organizações – sindicatos, associações e partidos – animar conexões que deem novo significado ao pensamento local e nacional sobre desenvolvimento, bem como promover e ampliar espaços públicos de debate sobre as estratégias de desenvolvimento. É fundamental debater publicamente as escolhas, os resultados que se quer alcançar, as metas, avaliar o alcançado a cada momento e corrigir erros. A construção do sentido de coletivo deve animar a democracia e esta deve sustentar o debate público sobre escolhas e resultados.

A base dessa estratégia considera que essa possibilidade será alcançada se formos capazes de dar qualidade política às escolhas econômicas, bem como se houver capacidade de pactuação relacionada aos investimentos, à mobilização da força de trabalho necessária – quantidade e qualidade – e aos resultados a serem alcançados. Ao mesmo tempo, as condições de partida devem estar articuladas com os elementos de chegada, ou seja, a igualdade será o resultado alcançado se for negociada e estabelecida como condição de partida. Algumas das condições de partida são as apostas no investimento geral em educação, em infraestrutura produtiva e social – inclusive pelo caráter que têm de ampliar e sustentar a demanda e animar o investimento – nos sistemas de proteção universais – saúde, assistência e previdência – e, ao mesmo tempo, no **fortalecimento de representação coletiva capaz de pactuar, desde o local, a solução dos conflitos que emergem em cada nível**. No espaço do trabalho e da produção de bens e serviços, há que se fortalecer

mecanismos de solução de conflito desde o local de trabalho, com organização sindical capaz de fazê-lo a partir da negociação e pactuação em cada contexto. Esse esforço deve favorecer olhares para setores e cadeias produtivas que sejam capazes de imaginar os circuitos de agregação de valor e da sua distribuição. Nacionalmente, devem ser promovidos acordos macro capazes de orientar os investimentos estratégicos que promovam a homogeneização e disponibilização dos fatores essenciais, base para a produção e a distribuição.

Aqui, consideramos que além da educação como valor universal, será fundamental definirmos metas para o incremento do salário mínimo, da formalização, da redução da rotatividade, da proteção social durante e pós-vida laboral, das condições de moradia (habitação e saneamento), de saúde e de mobilidade.

Há que se investir nos territórios – local e situação concreta – na formulação de estratégias econômicas associadas ao desenvolvimento social e cultural, considerando-se, inclusive, que essa é uma das diretrizes estruturantes do investimento em educação e condição para a percepção de um pensamento nacional. É fundamental, pelo tamanho do país, investir para articular o local com o nacional. Nesse aspecto, há que se ressignificar e revalorizar a produção cultural, o esporte e o convívio social como bem coletivo e público, capazes de animar estratégias econômicas de produção econômica local e de promoção de bem-estar e qualidade de vida, necessários para reequilibrar valores de produção material e cultural/social em cada contexto.

A hipótese considera que uma sociedade de 200 milhões de pessoas, com alto padrão de desigualdade é uma situação a ser transformada e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de mudança, se considerada a capacidade econômica que essa sociedade tem, ao distribuir o produto gerado, de sustentar e ampliar a demanda pelo incremento do emprego e da renda¹⁵.

¹⁵ Em seu último relatório sobre comércio e desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento UNCTAD – na sigla em inglês - (2013:) conclui, entre outras coisas, que a estratégia de crescimento sustentado por exportações de manufaturados com base em baixos salários e estímulos fiscais, adotada nos últimos anos por vários países em desenvolvimento, está alcançando seu limite. E que, frente às perspectivas negativas das economias desenvolvidas, é necessária uma reorientação estratégica, no sentido de basear o crescimento na ampliação da demanda interna, através da elevação do poder de compra da população.

Distribuir, neste contexto histórico concreto é, além de objetivo político, uma estratégia inteligente de constituir demanda e, ao mesmo tempo, animar a produção para acessar seus resultados. Nesse sentido, abre-se espaço para novas pactuações transformadoras.

O tamanho do território, a diversidade das riquezas e dos recursos naturais e o padrão de desenvolvimento material já alcançado indicam ser adequada e necessária uma estratégia que sustente a nossa “inteligente reindustrialização”, ou reindustrialização em novas bases, seja ampliando a capacidade de produção de produtos alimentícios e seus insumos, de biofármacos, de componentes nacionais voltados para ampliação da infraestrutura social e produtiva, da indústria de petróleo e gás, de bens de transporte coletivo, entre outros. Os efeitos do desenvolvimento industrial devem vazar para o aumento da produtividade do setor de serviços, bem como para o incremento da enorme capacidade e diversidade do setor de turismo; para as inúmeras possibilidades de expressões culturais em todas as esferas das artes; das atividades esportivas capazes de vocacionar a juventude e integrá-la com horizontes sociais coletivos. O processo de elevação da produtividade social deve ser fruto de uma transformação que promova a elevação da produtividade de todo o sistema econômico. Isso implica discutir e articular câmbio, juros, tributação, infraestrutura, inovação. A produtividade, em sentido amplo, deve ser instrumento para o viver bem.

A produtividade almejada ultrapassa a produção material. Há que se observar o desafio de se conceber um circuito econômico, com produção material e circulação de bens e pessoas, cuja produtividade seja capaz de considerar e resolver, nos processos e resultados, os limites impostos pelo exacerbado desequilíbrio ambiental a que chegou a humanidade. Há que se construir a noção dos limites da produção e circulação material, impondo severas restrições e, ao mesmo tempo, inventar um modo de viver bem. Temos esse desafio e a oportunidade, pelas características do país, pelos ativos ambientais, materiais e culturais que aqui existem, de construir novas respostas que interessam ao mundo, da relação entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental.

Cabe ainda indicar a necessidade de se conceber processos tributários não regressivos e que, ao contrário, promovam maior igualdade tanto na forma de arrecadar quanto na de gastar. Os recursos tributários, além de sustentar o investimento em sentido amplo, devem ser capazes de proteger universalmente a vida e as pessoas, distribuindo a riqueza gerada pela oferta de bens e serviços coletivos, colocando limites à riqueza individual e à sua acumulação. Aqui, o efeito sobre a renda média poderá ser o de **reduzir o custo de vida individual e elevar a qualidade de vida pelo acesso aos bens e serviços públicos de qualidade.**

A hipótese prospectiva de estratégias de desenvolvimento considera que a competitividade, como valor e sentido para as relações sociais, é causa de inúmeros males que afligem a humanidade, e uma das fontes do individualismo e consumismo exacerbados. **Não há projeto coletivo com base nesses valores.** Nossa hipótese afirmativa concebe que a estratégia de desenvolvimento deve estar sustentada pela aposta de que a cooperação é o modo de constituir relações para desenvolver projetos, porque parte de outros valores e constitui novos sentidos e significados para as relações sociais e econômicas. A cooperação concebe que um projeto é necessariamente fruto e resultado da relação com o outro, diverso e diferente. O desafio é **criar sujeitos vocacionados para promover transformações com base na cooperação**, para a qual uma humanidade diversa e diferente seja a base para uma humanidade socialmente igual.

Referências bibliográficas

AMBROZIO, A. M. P.; SOUSA, F. L. **Visão do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

CEPAL. **La hora de la igualdad:** brechas por cerrar, caminos por abri. Santiago: CEPAL, 2010. (Síntesis).

CNI. **101 propostas para a modernização trabalhista.** Brasília: CNI, 2012

DE NEGRI, F. ; SQUEFF, G.C. **Produtividade do trabalho e rigidez estrutural no Brasil nos Anos 2000.** Brasília: IPEA, 2013. (Radar, 28).

DE NEGRI, F.; CAVALCANTE, L.R. **Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. (Radar, 28).

DIEESE. **Agenda**: para um projeto de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho. São Paulo: DIEESE, 2010. DIEESE, CGTB, CUT, CTB, Força Sindical, NCST.

_____. **Rotatividade e flexibilidade no mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2011.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

FIESP. **Estratégia de potencial socioeconômico pleno para o Brasil**. São Paulo: FIESP, 2013.

IBGE. **Sistema de contas nacionais**. Rio de Janeiro, [vários anos].

_____. **PIB municipal**. Rio de Janeiro, [vários anos].

_____. **Pesquisa nacional por amostra de Domicílio: PNAD**. Rio de Janeiro, [vários anos].

_____. **Projeções de população**: revisão. Rio de Janeiro: IBGE, 2013

_____. **Pesquisa de Inovação tecnológica: PINTEC 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

MTE. **RAIS 2011**. Brasília, 2011.

PROCHNIK, V. **Flexibilidade espúria**: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, 1991. (Texto para Discussão, 267).

SANT'ANNA, A. A.; AMBROZIO, A. M. P. **Visão do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2012.

UNCTAD. **Trade and development report: 2013: Overview**. Geneva: UN, 2013